

A LUTA PELA MEMÓRIA NO CAMPO VIRTUAL: O OLHAR POSITIVO DA DITADURA POR JOVENS ARGENTINOS

Lívia Gonçalves Magalhães

liviagm@yahoo.com.br¹

Resumo: A proposta deste trabalho é utilizar a relação juventude-Internet para problematizar a memória positiva de parte dos jovens argentinos de hoje sobre o período da ditadura civil-militar que governou o país entre 1976 e 1983. O “espaço” escolhido foi a rede social virtual *Facebook*, local em que predomina a participação juvenil e no qual os membros possuem uma liberdade de participação e manifestação de suas idéias, além de uma oportunidade de criar grupos baseados em identidades e preferências sobre temas específicos. A cada dia as redes sociais virtuais ganham mais visibilidade e tornam-se um espaço de socialização, assim como um lugar para manifestar-se publicamente, com a possibilidade de conseguir ampla atenção e retorno. A hipótese de trabalho é de que a memória positiva do período militar é uma maneira destes jovens de manifestar sua insatisfação com o atual governo de Cristina Fernandez de Kirchner e o anterior de seu marido, Nestor Kirchner, que se apresentam publicamente como defensores da memória pública de oposição ao período ditatorial.

Palavras-Chaves: Memória, Argentina, Internet.

Abstract: The purpose of this paper is to use the relation between the youth and the Internet to discuss the positive memory that part of the young Argentineans today have, over the period of civilian-military dictatorship that ruled that country between 1976 and 1983. The chosen "space" was the social networking site *Facebook*, where the youth are the predominant demographic and where the users have some freedom to participate and express their ideas and create groups based on their opinions about specific issues. Each day the virtual social networks gain more visibility and become a space for socialization, while providing its users with an opportunity to express themselves and to get widespread attention in return. The hypothesis of work is that the positive memory of the military period is a way for these young individuals, to express their dissatisfaction with the current government of Cristina Fernandez de Kirchner and the past government of her husband, Nestor Kirchner, who present themselves publicly as supporters of public memory opposing the military period.

Keywords: Memory, Argentine, Internet.

¹ Universidade Federal Fluminense – UFF, Doutoranda.

Apresentação

A cada dia a Internet e suas redes sociais ganham mais força na sociedade contemporânea, especialmente entre os jovens. Para muitos, ela é um espaço de socialização e também uma oportunidade de manifestar-se publicamente, com a possibilidade de conseguir ampla atenção e retorno. Porém, esta relação entre a juventude e sua presença no mundo virtual ainda é um tema pouco trabalhado desde uma proposta das ciências sociais em geral. Alguns fatores tornam esta uma difícil tarefa, como a própria lógica e a acelerada mudança da Internet, o que dificulta conseguir acompanhar seu ritmo e realizar alguma análise desde uma perspectiva histórica.

A proposta desta comunicação é utilizar esta relação juventude-Internet para problematizar a memória positiva de parte dos jovens argentinos sobre o período da última ditadura civil-militar que governou o país, o autodenominado *Processo de Reorganização Nacional* (1976-1983). O “espaço” escolhido foi a rede social *Facebook*, local em que predomina a participação juvenil e no qual os membros possuem uma liberdade de participação e manifestação de suas idéias, além de uma oportunidade de criar grupos baseados em identidades e preferências sobre determinado tema, estilo de vida, religião etc., como será apresentado mais adiante neste trabalho.

O método utilizado neste trabalho foi a análise de alguns grupos da rede social (listados na bibliografia final) que fizessem alguma referência positiva ao período do *Processo*. A grande quantidade de grupos que se encaixam neste corte exigiu que apenas alguns fossem selecionados. Sobre os membros, não foi possível analisar o perfil de cada usuário, já que o *Facebook* permite que os mesmos bloqueiem suas informações. Portanto, o critério para “definir” os jovens foi tanto a imagem pessoal de cada um (a foto que possuíam em seu perfil) como suas próprias declarações, que denunciam seu período geracional (Ex: muitos afirmam que não viveram o período, mas seus pais, avós e outros familiares lhes contam suas experiências pessoais). A pesquisa acompanhou as discussões nos grupos até o dia 29 de janeiro de 2010, e considera a mesma data para indicar o número de membros de cada um deles.

I) Introdução: juventudes e culturas juvenis

Definir “juventude” e categorizar quem faz parte dela desde uma perspectiva histórica não é uma tarefa simples. Portanto, é preciso considerar algumas questões teóricas que permitem trabalhar os jovens que são o objeto de estudo deste trabalho. Para Maria Juraci

Maia Cavalcante, “juventude” é uma categoria construída, e como completa Pierre Bordieu, o conceito de juventude é sociológico, e não biológico. É essencial pensar o conceito de juventude e de cultura juvenil no plural, como diversos grupos e identidades. Como resgata Marcelo Ridenti ao trabalhar a juventude de 1968, o conceito de cultura juvenil não é homogêneo, e sim composto por diversos grupos, em muitos casos antagônicos e em conflito entre si.

Para pensar a memória positiva que um determinado grupo de jovens argentinos possui hoje sobre o último período de ditadura que viveu o país, é importante considerar a leitura de Karl Mannheim sobre as juventudes. O autor quebra o mito da juventude sempre renovadora, destacando que existem também as culturas juvenis marcadas por um conservadorismo. Mannheim também critica a idéia dos jovens como uma “tábua rasa”, constantemente manipulada, questão essencial neste trabalho, que procura analisar as ditas manifestações virtuais como produções dos próprios jovens, que realmente acreditam em determinados valores e defendem uma memória diferente da hoje “oficial”, e não resultado de uma manipulação de alguns grupos e interesses da geração que os antecede.

Também é importante questionar, como aponta Cavalcante, que o “conflito geracional” não é, neste caso, suficiente para interpretar e entender estes jovens. Se por um lado reivindicar positivamente a ditadura é um conflito direto com parte da geração anterior, atualmente no poder, também é compartilhar com outra parte desta geração, que apoiou ou apóia nos dias atuais o *Processo de Organização Nacional* instaurado na década de 1970. Ou seja, da mesma forma que a juventude não é entendida como homogênea, não podemos pensar assim sua geração anterior e simplificar as atitudes de uma determinada cultura juvenil como um confronto aos seus precedentes.

Por fim, é crucial para a análise proposta considerar que a juventude deve ser pensada a partir da sociedade em que está inserida. É importante considerar o que é ser jovem hoje, em um país que procura se recuperar de sua pior crise econômica, imerso em uma forte crise política. Uma interessante pergunta para iniciar a reflexão deste trabalho é: se partimos da idéia clássica de que ser jovem é ser rebelde, e ser rebelde é ser contra a ordem, ser rebelde na Argentina atual seria, então, defender uma memória positiva da Ditadura?

II) A web 2.0 e as redes sociais

Hoje a Internet é um espaço múltiplo e abrangente, onde participam diversos atores sociais. Mas essa participação e construção do próprio espaço virtual pelos usuários é um fenômeno recente, que marca a denominada *web 2.0*, definida como:

a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. (...) tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações (PRIMO, 2007, p. 1).

Atualmente, o *Facebook* é a maior rede social em número de usuários da Internet. Com membros de todo o mundo, os próprios usuários enaltecem que nela existem mais pessoas que muitos países. Entre seus membros, ela funciona democraticamente, e, portanto é também um espaço de disputas de memória. Seus usuários se manifestam abertamente sobre suas concepções políticas, e mesmo que exista algum tipo de controle –os próprios usuários podem denunciar os demais e os grupos que considerem ofensivos- é quase impossível evitar manifestações que de alguma forma sejam consideradas crime no chamado “mundo real”. Por exemplo, existem páginas e usuários que defendem o líder nazista Adolf Hitler, a própria ideologia nazista e até o extermínio de grupos étnicos e sociais.

Os usuários utilizam o espaço do *Facebook* também para publicar materiais de outras redes sociais, como vídeos do *youtube*, o que reflete a diversidade de ferramentas que a web 2.0 disponibiliza. Assim, são compartilhadas fotos, vídeos, documentos, notícias e qualquer outro tipo de material que o usuário deseje. Neste sentido, cabe destacar que as imagens adicionadas neste trabalho foram retiradas dos próprios grupos. Também foi uma opção manter os erros ortográficos e a linguagem informal típica da Internet, para não interferir no texto de cada indivíduo.

É comum destacar o forte caráter democrático da web 2.0. Com esta segunda geração, os usuários passaram a participar, a construir a própria rede que utilizam. É indiscutível esta aspiração democrática, mas é importante problematizar a questão da não universalização da web 2.0. Em países como a Argentina, ainda são poucos os indivíduos que possuem um acesso ilimitado e livre à rede. Ou seja, ela também é um reflexo de grupos sociais, e no caso deste trabalho, esta ressalva permite entender a quase dominante oposição dos usuários ao governo de Cristina Kirchner, considerando que a predominância é de uma classe média que se opõe às políticas oficiais, e que na maioria dos casos não votou no governo atual.

Ainda assim, a Internet e suas redes sociais são lugares de disputa de memórias: existem tanto os grupos que criticam como os que defendem o *Processo de Reorganização Nacional* dos militares dos ‘70. Tanto no *Facebook* como em outros espaços (blogs e outras redes sociais), existem inúmeras manifestações favoráveis ao último governo civil-militar, seja

enaltecendo seus líderes e civis que consideram “vítimas” de guerrilheiros ou civis relacionados com militares, caso que será analisado da militante Cecília Pando. Mas muitas pessoas que criticam o regime também se manifestam nesses espaços que o defendem, transformando ditos grupos em lugares de confronto de diferentes e antagônicas posições políticas, e destacando o lado democrático da rede. Os distintos grupos e indivíduos estão conectados, discutem, até se ofendem, interagem. E nessas múltiplas manifestações travam suas disputas de memória.

III) *Facebook*: a Internet como lugar de memória

A partir de 1983, com o fim do *Processo* e as inúmeras denúncias de violações de direitos humanos aos militares, e a conseqüente condenação moral do próprio governo (tanto na sociedade argentina como internacionalmente), a principal memória do período passou a ser a de condenação do regime. Mesmo com a conturbada década de 1980, marcada por levantes militares e pelos indultos aos mesmos, durante os anos de 1990 era praticamente impossível considerar qualquer manifestação pública de uma memória positiva da ditadura, especialmente entre os jovens, que cresciam ao mesmo tempo em que os crimes e denúncias vinham à tona.

Com a crise de 2001 os argentinos se encontraram frente a novas questões, e a maior crise econômica de sua história redesenhou o quadro social e abriu espaço para novas reflexões sobre o passado recente do país. Posteriormente, a eleição de Nestor Kirchner em 2002 resgatou como principal bandeira política a reabertura dos processos e julgamentos contra os militares e seus companheiros civis acusados de crimes de lesa humanidade na ditadura. A memória do período voltou ao centro de discussões, e estabeleceu-se uma “memória oficial”, defendida pelo próprio governo, de condenação ao regime ditatorial e luta por “memória, verdade e justiça”. A questão dos desaparecidos foi retomada, assim como os julgamentos aos militares, em uma tentativa de “criar esferas públicas de memória “real” contras as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais” (HUYSSSEN, 2000, p. 16). Porém, com o passar dos anos e a sucessão presidencial, assumindo a esposa de Nestor, Cristina Kirchner, essa memória passou a ter o que Le Goff apontou como uso político da memória, e ser diretamente associada ao governo e suas políticas, desencadeando uma bipolarização ideológica em que para uma parte da sociedade apoiar os militares tornou-se sinônimo de oposição às políticas Kirchner.

Nos diversos grupos analisados neste trabalho, a maioria dos jovens se manifesta a partir desta lógica, criticando tanto o que consideram rancor por parte das organizações de direitos humanos que brigam pela condenação dos acusados da ditadura, como o uso político da memória do período pela presidente Cristina Kirchner.² No grupo “Jorge Rafael Videla”, por exemplo, um jovem publicou:

si en realidad todos queremos cooperar como decis vos,pero las madres de plaza de mayo siguen con el reencor y cristina k.cada vez que puede relaciona cualkier cosa con los desaparecidos,son desaparecidos y esta bien dejenlo bajo tierra a donde estan.Los judios no hizieron tanto lio con el holocausto y fue mucho peor que lo que nos paso a nosotros... (para comparar un poco con lo aberrante que fue). (...)(Grupo “Jorge Rafael Videla”)

Percebe-se que o jovem optou por participar do grupo em questão, que enaltece o ex-presidente e chefe do Exército Jorge Rafael Videla, por seu descontentamento com a atual política de memória das organizações de direitos humanos e por considerar o uso político que o governo faz desse passado recente. Não há, pelo menos neste comentário, um apoio aberto à ditadura.

Exemplos como esse mostram uma vertente essencial da memória: ela é um reflexo não só da sociedade, mas também de seu tempo. Ou seja, a memória é um objeto do presente, e não do passado. Como destaca Elizabeth Jelin, “El pasado dictatorial reciente es, sin embargo, una parte central del presente. El conflicto social y político sobre cómo procesar el pasado represivo reciente permanece y, a menudo se agudiza” (JELIN, 2002, p.4).

Em uma das muitas manifestações favoráveis à Ditadura que teve início em 1976 aparece de maneira implícita o reflexo do conflito entre governo e campo em 2008, no marco da disputa pela emenda 125 que gerou uma forte crise política e social na Argentina.³ “Fuera los montoneros recentidos..... Viva la patria libre y humanaaguante el

² É importante considerar que o *Facebook* tornou-se popular na Argentina a partir de 2007, ou seja, no final do governo de Nestor Kirchner. Isto ajuda a compreender porque a maioria das críticas é direcionada ao governo de Cristina Kirchner e à sua própria pessoa, e não de seu marido e ex-presidente.

³ A chamada “crise do campo” foi uma crise política enfrentada por Cristina Kirchner apenas quatro meses depois de assumir o governo. O conflito foi desencadeado pela cobrança de retenções para produtos agrícolas estabelecidas em março de 2008 pela presidente. A reação dos agropecuários – conhecidos no conflito como “Campo”- foi inesperada e afetou todo o país e a economia: fechamento de estradas, paralisação na distribuição e exportação de seus itens, etc., o que, entre outros, gerou desabastecimento nos centros urbanos. A população das cidades, especialmente a classe média da capital federal, tomou partido a favor dos agropecuários, identificando-se na oposição ao governo. Foram feitos diversos “panelaços” e protestos por uma parte da sociedade que não se manifestava desta maneira desde a crise de 2001. O conflito terminou com uma votação no Congresso pela aprovação ou não da emenda. Com o resultado empatado, a decisão coube ao vice-presidente que, surpreendentemente, votou contra o governo e a favor do “Campo”. A crise marcou o início de um problemático governo, que atualmente enfrenta diversas crises políticas, e também simbolizou a oposição de uma importante parcela da sociedade ao governo de Cristina Kirchner.

campooooooooooooooooooooo” (Grupo: “Cecília Pando – Pensamiento y acción”. O texto foi originalmente publicado todo em letras maiúsculas). A manifestação é de setembro de 2009, mais de um ano depois da decisão do vice-presidente de negar a emenda 125, e mostra como a atualidade política é refletida nas manifestações destes jovens favoráveis à ditadura. Novamente, o usuário refere-se a um suposto rancor, desta vez por parte dos ex-militantes de guerrilha, parte deles atualmente no governo.

Para entender a disputa atual de memória que vive a sociedade argentina em relação ao período de sua última ditadura também é importante considerar a questão da violência “revolucionária” das décadas de 60 e 70, destacando que hoje a noção positiva de violência perde espaço para a valorização da democracia e dos direitos humanos, e o que ocorre em muitas partes do mundo é exatamente a existência de culturas de memória ligadas à esta valorização. Mas, para outro grupo de jovens de hoje, foi exatamente esta violência “revolucionária” que justificou o golpe militar e a conseqüente ditadura que teve início em 1976, como resposta única para esta violência que condenam: “(...) Es mentira lo de los 30 000 desaparecidos. Fue una guerra civil y ellos mataron a 2200 personas inocentes, civiles, cometieron 11000 atentados, torturaron sin parar, y encima no solo están (sic) libres sino en el gobierno de mierda que tenemos desde el 2002 (...)” (Grupo: “Jorge Rafael Videla”). Percebe-se neste caso a prevalência nos dias atuais da “teoria dos dois demônios”, ainda amplamente difundida e enraizada nas sociedades latino-americanas que tiveram governos militares nos anos de 1960, 1970 e 1980: os golpes e as conseqüentes ditaduras foram resultado de uma bipolarização política que envolvia os grupos armados de esquerda e as Forças Armadas.

Em todos os grupos foram encontradas referências ao passado militante –sempre reiterando o pertencimento a organizações armadas de esquerda- dos atuais membros do governo. Os usuários costumam agrupar a todos em um mesmo grupo, utilizando como referência e de forma pejorativa a organização Montoneros. Na descrição de um dos grupos pode-se ler: “Este grupo es para que los terroristas de los setenta dejen de gobernarnos y los héroes de la patria sean reconocidos como tales” (Grupo: “Cecília Pando – Pensamiento y acción”. O texto foi originalmente publicado todo em letras maiúsculas).

A associação aparece de maneira clara: para estes jovens, são os “Montoneros” que hoje governam o país os responsáveis pela crise do presente. Logo, passam a construir sua oposição a partir de identidades do período da própria ditadura: “tengan en cuenta algo, *todo se acaba*, no les va a durar mucho la fiestita, se esta viendo el fruto de sus fracasos, *volveremos volveremos volveremos otra vez volveremos a ser gobierno como en el 76*”

(Grupo: “Juicio y castigo para los subversivos terroristas del Mtp, Erp y Montoneros”. O texto foi originalmente publicado com a parte itálica em letras maiúsculas).

Para estes jovens, os ex-militantes de esquerda são considerados terroristas. Existem também imagens que retratam esta associação entre “Montoneros” e governo:



Grupo: “Cecilia Pando debería ser secretaria de derechos humanos”



Grupo: “Jorge Rafael Videla”

No caso dos jovens que reivindicam a ditadura civil-militar de 1976, existe também uma reivindicação pelo que eles consideram uma “verdade completa” ou “direitos humanos para todos”: a expansão da idéia de crimes de lesa humanidade para os atos cometidos pelos membros dos grupos de guerrilha:

Missão: Nuestra misión es que las Víctimas del Terrorismo de Argentina puedan gozar de Verdad, Justicia, Reparación y Paz! Nuestro trabajo pretende ser un puente entre las víctimas y el resto de la sociedad. Para que quienes más sufrieron puedan gozar de sus DDHH y del reconocimiento de la sociedad (Grupo:” CELTYV - Por las Víctimas del Terrorismo de Argentina”).

Este argumento é um dos principais entre os jovens que defendem a memória positiva do Processo, e está diretamente relacionado à crítica à política de direitos humanos dos governos de Nestor e Cristina Kirchner: “Los asesinados (sic), torturados, vejados por los

guerrilleros no tienen bajo éste gobierno derechos humanos ni son víctimas.- cómo los van a tener si ahora muchos están en el gobierno” (Grupo: “CELTYV - Por las Víctimas del Terrorismo de Argentina”). O texto foi originalmente publicado todo em letras maiúsculas).

Ou seja, se em um primeiro momento essa democratização e luta por direitos humanos significou a responsabilização e julgamento dos crimes de Estado no período militar, ela hoje representa, para um determinado grupo da sociedade argentina, julgamento de parte dos próprios atores sociais que sofreram com a violência estatal:

20 años atrás, se derribó el Muro de Berlín. Toda la sociedad se comprometió en romper esa pared que dividía Alemania y a sus habitantes. Hoy, en Argentina, todavía tenemos que derribar el Muro de Impunidad que los terroristas han construído y con el cual mantienen cautiva a toda la sociedad, impidiendo que progrese...s y vivamos en Paz. No permitamos que la vergüenza de este Muro, siga dividiendo nuestra Argentina (Grupo: “CELTYV - Por las Víctimas del Terrorismo de Argentina”).

Neste caso, também existem imagens publicadas por alguns jovens que mostram esta busca por “justiça completa”:



Grupo: “Jorge Rafael Videla”

É interessante pensar que estas imagens, que também são um importante arquivo histórico, também são majoritariamente publicadas por jovens. Eles possuem acesso às mesmas e criam no mundo virtual um arquivo para esta memória positiva.

Em uma das fotos publicadas, podemos ver claramente a questão da disputa de memórias. O conflito é representado fisicamente, no chão da Plaza de Mayo. Sobre a famosa imagem dos panos que representam as Madres de Plaza de Mayo, alguns militantes pró-ditadura escreveram dizeres favoráveis às “vítimas do terrorismo”, e desenharam o símbolo de sua militância política:



Grupo: “Cecilia Pando debería ser secretaria de derechos

humanos”

Nesta disputa de memórias, novos atores sociais aparecem e ganham espaço entre os diversos grupos. E, tratando-se de jovens, é comum a busca por um ídolo, um líder, alguém que manifeste suas idéias publicamente e o represente. Foi desta forma que a militante Maria Cecília Pando ganhou notoriedade e passou a ser celebrada por diversos grupos que defendem uma memória positiva da Ditadura. Pando tornou-se conhecida através de uma série de cartas (algumas publicadas) que enviou ao jornal “La Nación” defendendo alguns acusados de crimes de lesa humanidade na última ditadura e que estavam em julgamento. Casada com um militar hoje afastado (segundo Pando, por questões políticas), hoje ela tornou-se a principal voz pública dos defensores dos interesses militares.

Existem inúmeros grupos na rede social *Facebook* que apóiam Pando, a maioria fundada por jovens, sempre em uma associação direta com a defesa do período do *Proceso de Reorganización Nacional*. Na descrição do grupo “Cecilia Pando debería ser secretaria de derechos humanos”, que possui 362 membros, encontra-se todos os tipos de manifestações anteriormente apresentados: a idéia de vítimas dos “terroristas” de esquerda, não reconhecidas e cujos crimes não foram julgados “Porque tiene el coraje suficiente para seguir luchando por el reconocimiento de las victimas de la subversion, aquellas de las que nadie habla”; a referência aos “terroristas” que hoje ocupam o governo “Las victimas que fueron consecuencia de la cupula terrorista de MONTONEROS, ERP y otras organizaciones terroristas, quienes hoy se refugian en cargos de gobierno para gozar de total impunidad y asi no poder ser enjuiciados”; a utilização da lógica “dos dois demônios” para a violência dos ’70: “ESTABAMOS EN GUERRA, y las "victimas inocentes" segun la prensa y los medios, sabian perfectamente que era una guerra, ya que fueron entrenados militarmente, algunos en Cuba y medio oriente” (Grupo: “Cecilia Pando debería ser secretaria de derechos humanos”).

Assim, o exemplo de Cecília Pando permite finalizar esta exposição considerando o que ela representa para os jovens aqui estudados: de certa forma, ela é a personificação desta luta de memória. É quem representa publicamente esta memória positiva subterrânea, que a cada dia ganha mais espaço entre os jovens argentinos, insatisfeitos com seu presente. E que hoje, com a plataforma da web 2.0, possuem um importante canal de manifestação e disputa de memória.

IV) Considerações finais

A memória de um período é um constante espaço de disputa e conflitos na sociedade à qual ela pertence. É comum a existência de uma “memória oficial”, que se impõe sobre as demais, porém existem também as outras memórias, que muitas vezes não possuem espaço ou canal para manifestação pública, mas que permanecem vivas, esperando uma oportunidade: “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p. 4).⁴ Entendo que esta é a realidade da memória positiva do último período ditatorial argentino, que emerge especialmente com a crise política gerada pelos governos pós-crise de 2001.

Analisando alguns grupos e as manifestações de seus usuários na rede social virtual *Facebook*, uma das conclusões é de que o discurso dos grupos que hoje reivindicam uma memória positiva do Processo se apóia na “teoria dos dois demônios” para justificar a violência militar. Para muitos desses jovens, o terrorismo estatal foi resultado de uma bipolarização política entre dois grupos extremistas e o último regime militar na Argentina foi resultado das ações tanto dos responsáveis das Forças Armadas como dos grupos guerrilheiros.

Também é visível o uso das redes sociais como espaço de identidades juvenis. Como aponta Gilberto Velho: “...existe uma tendência de constituição de identidades a partir de um jogo intenso e dinâmico de papéis sociais, que associam-se a experiências e a níveis de realidade diversificados, quando não conflituosos e contraditórios” (VELHO, 1994, p.8). No caso dos jovens considerados neste trabalho, eles buscam sua identidade a partir da negação do atual governo argentino e da reivindicação da memória positiva do Processo de Reorganização Nacional. Devemos, portanto, considerar que tais identidades também são

⁴Não procuro aqui “desqualificar” o conceito de memórias subterrâneas, usualmente utilizado para tratar memórias de grupos oprimidos e marginalizados socialmente, e defender uma memória positiva do regime militar argentino, mas é necessário enxergar que hoje esta memória positiva é de certa forma um exemplo de subterrânea, uma vez que é a que disputa com a memória oficial.

construídas a partir da articulação de um conjunto de elementos sociais, econômicos e políticos.

Sendo assim, é possível compreender a importância que possui hoje a Internet como espaço de socialização, construção de identidade e de memória para as culturas juvenis:

A partir de recursos da Web 2.0, potencializa-se a livre criação e a organização distribuída de informações compartilhadas através de associações mentais. Nestes casos importa menos a formação especializada de membros individuais. A credibilidade e relevância dos materiais publicados é reconhecida a partir da constante dinâmica de construção e atualização coletiva. (PRIMO, 2007, p. 4).

Mas, em todos os casos analisados, os grupos refletem a memória como algo do presente. O apoio dos jovens aos militares se dá, em quase todos os casos, a partir da insatisfação com o atual governo argentino de Cristina Kirchner.

Uma das principais bandeiras políticas do governo de Nestor Kirchner e também o atual de sua mulher Cristina Kirchner é a reabertura das causas judiciais contra os ex-líderes militares. O discurso Kirchner cria a idéia de que estar a favor da punição e dos julgamentos dos acusados é estar com o governo. Seguindo este raciocínio, uma parte da sociedade – incluindo um significativo número de jovens que não se identifica com o passado de luta pela punição dos crimes praticados pelo Estado- passou a utilizar como bandeiro de oposição ao governo atual o apoio à ditadura de 1976. E como espaço e ferramenta de luta por esta memória, a web 2.0 e suas possibilidades.

V) Bibliografia

- ARAUJO, Maria Paula N. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina”. In: FICO, C; Ferreira, M; ARAUJO, M e QUADRAT, S. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, FGV, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.
- GAGNEBIN, Jean Marie. *Lembrar. Escrever. Esquecer*. São Paulo, Editora 34, 2006.
- CATELA, Ludmila. “Violencia política e ditadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas”. In: FICO, C; Ferreira, M; ARAUJO, M e QUADRAT, S. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. “O mito da juventude – Uma abordagem sociológica”. *Educação em Debate*, Fort. 13 (1): jan/jun 1987.
- CRUZ, Rossana. *Emergencia de culturas juveniles*. Colombia: Norma, s/d.
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- JELIN, Elizabeth, *Los trabajos de la memoria*, Madrid, Siglo XXI, 2002.
- _____, “La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial”. In FICO, Carlos C; Ferreira, M; ARAUJO, M e QUADRAT, S. *Dictadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, FGV, 2008.
- LE GOFF, Jacques et al. “Memória/História”. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986. (*Enciclopédia Einaudi* vol. 1).
- MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”. In *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- NAFTAL, Alejandra e CARNOVALE, Vera. “La construcción del Archivo Oral de Memoria Abierta”. Comunicação apresentada no Congresso Internacional de História Oral, Roma, 26 a 29 de junho de 2004.
- NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux”. In *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 1984, Vol. 1, pp. 7-15.
- NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *Historia Argentina v. 9 – La dictadura Militar 1976/1983, del golpe de Estado a la restauración democrática*, Buenos Aires, Paidó, 2003.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silencia”. In *Estudos Históricos* 1989/3, Edições Vértices, São Paulo, 1988.
- PRIMO, Alex . “O aspecto relacional das interações na Web 2.0”. *E- Compós* (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. “1968: rebeliões e utopias”. In AARÃO, D., FERREIRA, J. e ZENHA, C. *O século XX. O tempo das dúvidas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- TODOROV, *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires, Paidós, 2000.
- VELHO, Gilberto. “Memória, Identidade e Projeto”. In *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994, PP. 7-9 e 97-106.

Online:

Folha de São Paulo Online: “Governo argentino tenta minimizar efeitos dos painéis, diz “Clarín”” <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u385919.shtml>

Critica Digital: “Del 11 de marzo a hoy: la Guerra Gaucha, día por día” <http://criticadigital.com/index.php?secc=nota&nid=7169>

Fontes online:

Grupo: Jorge Rafael Videla (172 membros)

<http://www.facebook.com/group.php?gid=97721040809&ref=search&sid=658793596.4047390393..1#/group.php?gid=97721040809>

Grupo: Jorge Rafael Videla (2) 97 membros

<http://www.facebook.com/group.php?gid=73899672261&ref=search&sid=658793596.4047390393..1#/group.php?v=wall&gid=73899672261>

Grupo: Juicio y castigo para los subversivos terroristas del Mtp, Erp y Montoneros (405 miembros)

<http://www.facebook.com/group.php?gid=200104933487#/group.php?v=wall&gid=200104933487>

Grupo: Videla debe convertirse en procer (52 miembros)

<http://www.facebook.com/group.php?gid=50356987023&ref=search&sid=658793596.4047390393..1#/group.php?v=wall&ref=search&gid=50356987023>

Grupo: Cecilia Pando - Pensamiento y Acción (253 miembros)

<http://www.facebook.com/group.php?gid=89231781021&ref=search&sid=658793596.1400634151..1#/group.php?v=wall&gid=89231781021>

Grupo: Cecilia Pando debería ser secretaria de derechos humanos (362 miembros)

<http://www.facebook.com/group.php?gid=98464327881&ref=search&sid=658793596.1400634151..1>

Grupo: CELTYV - Por las Víctimas del Terrorismo de Argentina (1735 miembros)

<http://www.facebook.com/pages/CELTIV-Por-las-Victimas-del-Terrorismo-de-Argentina/38353368582?ref=mf>